



**Universidade dos Açores**

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Mestrado Em Relações Internacionais

# Bacia do Atlântico: O Berço da Nova Comunidade

Paulo André Teodoro Pacheco

Ponta Delgada

2015





**Universidade dos Açores**

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Mestrado Em Relações Internacionais

# Bacia do Atlântico: O Berço da Nova Comunidade

Paulo André Teodoro Pacheco

Dissertação de Mestrado apresentado à  
Universidade dos Açores para a obtenção de  
grau de Mestre em Relações Internacionais  
sob a orientação do Professor Doutor Luis  
Manuel Vieira de Andrade

## **Resumo**

No dealbar do século XXI o Mundo conheceu uma realidade diferente com a consequente perda de poder de algumas potências, de outrora, em detrimento da ascensão de países até então relegados para segundo plano no panorama das relações internacionais.

O novo filão de ouro deslocava-se para o Oriente, mais concretamente para o Pacífico, conduzindo a que os países desta região geográfica conhecessem um crescimento económico exponencial.

Não obstante a assunção deste novo paradigma, o Ocidente necessita de unir esforços em torno de um bem maior, o bem comum dos países ocidentais, tentando de alguma forma recuperar a predominância dantes detida e entretanto perdida.

Perante este cenário há que rentabilizar os ativos e as potencialidades que a Bacia Atlântica apresenta consubstanciando, para o efeito, um novo conceito de Comunidade Atlântica, desta feita, de proporções pan atlânticas, abandonando a antiga imagem de Lippman que circunscrevia esta Comunidade ao Hemisfério Norte.

As relações internacionais sempre foram marcadas por uma enorme volatilidade e mutabilidade, fatores que não raras vezes desequilibraram os pratos da balança pelo que podemos estar perante um reequilibrar de uma balança que nunca chegou, efetivamente, a pender totalmente para o Oriente.

## **Abstract**

At the dawn of the twenty-first century, the world experienced a different reality with consequent loss of power of some former powers. Besides this fact the world experienced the rise of countries once relegated to the background in the panorama of international relations.

The new gold rush was shifting to the East, specifically the Pacific, leading the countries of this geographical region to an exponential economic growth.

Despite the assumption of this new paradigm, the West needs to join forces around a greater good, the common good of Western countries, trying to somehow regain the dominance held before and yet lost.

Against this background it is necessary to maximize the assets and capabilities that the Atlantic Basin presents consolidating, for this purpose, a new concept of Atlantic Community, this time in Atlantic pan proportions, leaving the old image conceptualized by Lippman.

International relations have always been marked by tremendous volatility and mutability, factors which frequently unbalanced the scales. Presently we may be facing a rebalancing of a scale that was never effectively to tilt to the East.

## Agradecimentos

No término desta jornada académica é tempo de relembrar e enaltecer aqueles que se assumiram como o tronco, vigoroso e sadio, permitindo, e dando condições para, que os ramos da minha árvore do conhecimento crescessem e florescessem.

Este trabalho é fruto do amor, da amizade, do carinho, e apoio que sempre senti quando a “minha árvore” era assolada por fortes rajadas de desânimo e letargia mental que teimavam em dificultar o crescimento natural dos ramos.

Todavia foi perante a fraqueza que a minha árvore ficou forte.

Agradeço, desta forma:

À Liliana, minha companheira, confidente e amiga que me apoiou nos momentos mais difíceis apesar de ter sido a pessoa que mais sentiu a minha ausência.

À minha mãe, a minha raiz, que incondicionalmente me afaga e apoia.

Ao meu pai pelos valores que me inculuiu, e que apesar de ausente fisicamente está sempre presente espiritualmente.

Aos meus irmãos e amigos Romeiros de São Pedro que insistem em transmitir-me ensinamentos para a vida.

Ao Miguel e Ana Canhestro pela sua amizade desmedida.

Ao Francisco Wallenstein, pelos safanões, merecidos, que me inculuiu quando o desânimo teimava em persistir.

Ao Paulo Araújo, companheiro nesta jornada académica, que me fazia perder a noção das horas após as aulas.

Aos Drs. Mota Amaral, Fausto Brito e Abreu e Rodrigo Oliveira, que muito gentilmente acederam enriquecer o presente trabalho.

Ao meu rafeiro *Lucky*, o cão que decidiu ser romeiro, que me mostrou que todos os sonhos são legítimos desde que se acredite e lute por eles.

E como não podia deixar de ser aos professores desta Academia com os quais muito aprendi e que acompanharam este meu crescimento, e de um modo especial ao meu orientador Professor Doutor Luis Manuel Vieira de Andrade que muito me honrou ao aceitar ser o meu “guia” na dissertação.

## ÍNDICE

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	2
Metodologia .....	4
Enquadramento Histórico.....	5
O Suposto Declínio Do Atlântico.....	13
BACIA ATLÂNTICA: O ESTABELECIMENTO DE UMA PAN COMUNIDADE.....	17
Área Energética.....	21
Crescimento Económico E Desenvolvimento Humano .....	29
Uma Herança Comum - O Oceano Atlântico.....	39
Segurança .....	43
Promoção De Uma Cultura De Legalidade E De Uma Governação Democrática .....	50
AÇORES: DA ULTRAPERIFERIA EUROPEIA PARA O CENTRO DA COMUNIDADE ATLÂNTICA .....	56
Atlântico: A Herança Açoriana.....	62
Modelo De Energia Açoriana.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
ANEXOS.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	106

# CAPÍTULO 1

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

*Não restam dúvidas de que as razões que nortearam a fundação das relações atlânticas alteraram-se profundamente levando à necessidade destas serem pensadas de uma forma completamente distinta de modo a evitar a desintegração dos laços existentes desde então.*

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

O trabalho que se apresenta enquadra-se no âmbito do 2º ano do curso de Mestrado de Relações Internacionais ministrado pela Universidade dos Açores e centra-se no atual paradigma do conceito de Comunidade Atlântica que se tem revelado de particular interesse no debate das Relações Internacionais, incidindo sobre fatores particularmente importantes na ligação histórica, origem, argumentos e pertinência da formalização de uma Comunidade Atlântica. Este tema tem sido uma constante na História dos continentes Americano e Europeu, embora com intensidade e visibilidade variáveis no tempo.

Apesar do conceito poder parecer inovador, a ideia de Comunidade Atlântica está profundamente enraizada nas históricas relações entre os povos do Atlântico Norte, encontrando-se efetivamente as bases desta Comunidade na génese dos seus povos.

A indissociabilidade dos dois continentes vigora desde a descoberta do continente americano e respetivo povoamento pelo “velho continente”. Este foi o ponto de partida para o desenvolvimento das relações transatlânticas, consubstanciadas na constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte cujas premissas mais não são do que as pedras basilares de uma Comunidade Atlântica.

Convém salientar que o conceito não surgiu espontaneamente. Antes pelo contrário, teve que ser criado e inculcado na mente de europeus e americanos como algo importante e necessário, papel que foi amplamente desempenhado por Walter Lippman. No entanto, este conceito formal com praticamente um século de vida tem sofrido constantes alterações em consonância com a evolução do contexto histórico no decurso da sua existência, razão pela qual se considera que o mesmo merece particular atenção.

A concretização de uma Comunidade Atlântica é de extrema complexidade em virtude de resultar da confluência de fatores altamente subjetivos sujeitos a indicadores sociais, económicos, políticos e tendências militares.

Acresce ainda o facto de as razões que nortearam a fundação das relações atlânticas se terem alterado profundamente, levando à necessidade de serem repensadas de modo a evitar a desintegração dos laços transatlânticos que então se criaram.

A inovação tecnológica associada à elevada mobilidade do capital e ao fenómeno da globalização, levaram a uma mudança de paradigma no que concerne às relações internacionais, desviando-se as atenções para outras paragens, vaticinando o declínio do Atlântico.

Acreditando-se que a bacia Atlântica é, ainda, um oceano de potencialidades por explorar, com o presente trabalho pretende-se explorar o recente conceito de Comunidade Atlântica apresentado por José Maria Aznar, antigo primeiro-ministro espanhol em 2014 na obra intitulada *A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere* e que congrega contributos de mais de 100 individualidades dos quatro continentes da bacia Atlântica, apresentando recomendações em diversas áreas com o intuito de aumentar substancialmente a importância de uma Comunidade Atlântica mais abrangente do ponto de vista geográfico. A área da energia é a primeira a merecer a atenção dos redatores do documento uma vez que o panorama energético mundial se encontra em franca mutação em virtude do elevado potencial, ainda por explorar, desta região.

Em segundo lugar, o documento refere a cooperação no crescimento económico e desenvolvimento humano, visto que o Atlântico é a região de maior e mais bem-sucedido tráfego comercial do mundo. Em terceiro lugar, refere os aspetos marítimos relacionados com os desafios das pescas e a subida do nível da água do mar identificando, também, a região como uma das que mais sofre com as ameaças concernentes ao tráfico de armas, drogas, tráfico humano, cibercrime, lavagem de dinheiro, corrupção, pirataria e terrorismo dedicando o quarto ponto do documento às questões da segurança.

O quinto e último aspeto a merecer a atenção no estudo refere-se ao desenvolvimento de uma cultura de legalidade e de governação democrática efetiva, de forma a criar Estados com bases sólidas para proteção dos seus cidadãos.

Mediante o acima exposto o documento em causa identifica as fundações para uma nova Comunidade Atlântica que partilha interesses económicos cruciais para a sobrevivência dos seus membros, conduzindo natural e previsivelmente à sua agregação.

Não obstante a consciencialização destes interesses mais recentes, os povos atlânticos estão interligados como nunca através das trocas comerciais, fluxos energéticos, intercâmbios educacionais e culturais, investimentos económicos e ameaças comuns. Com o presente trabalho pretende-se demonstrar que as raízes da Comunidade Atlântica remontam a uma necessidade de defesa militar, de princípios e valores democráticos comuns aos países que a compõem, sendo o paradigma atual verdadeiramente diferente, com outros desafios eminentemente financeiros, potenciados pela perda de competitividade face aos países do Pacífico.

“The political, military and economic issues in Atlantic relations are linked by reality, not by our choice nor for the tactical purpose or trading one off against the other...It is the responsibility of national leaders to ensure that economic negotiations serve larger political purposes. They must recognize that economic rivalry if carried on without restraint, will in the end damage other relationships”<sup>1</sup>

Neste contexto, há que reconhecer a pertinência do tema, retomado e aprofundado em alturas de conturbação política, económica e social no Mundo, à semelhança da realidade dos últimos anos, pelo que se considera fazer sentido recuperar o conceito apresentado como alternativa ao sistema político vigente no Atlântico.

## Metodologia

A metodologia adotada foi a de estudo de caso, uma vez que este visa:

“uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores”<sup>2</sup>

Reconhecendo que uma investigação desta natureza se assume como:

“uma investigação com características peculiares, pois incide intencionalmente sobre uma situação específica que se presume ser única ou especial, procurando descobrir o que há nela de mais fundamental e específico, compreendendo assim globalmente um determinado fenómeno ao qual o investigador atribui importância. Sendo o seu objectivo geral: explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar, assim sendo quase tudo pode ser um estudo de caso”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> PFALTZGRAFF, Diane K. **The Atlantic Community – A Conceptual History, Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship**, Pergamon Press, 1979, pag 20

<sup>2</sup> Estudo de caso, Grupo de Mestrado em Educação - Tecnologia Educativa - Métodos de investigação em Educação, 2007 Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/mie2.html>

<sup>3</sup> Idem

Para o efeito, optou-se pela recolha de diversas fontes primárias, como os contributos que foram sendo redigidos por várias personalidades internacionais e que originaram o Livro Branco, analisando questionários/entrevistas a personalidades políticas regionais e criando uma pesquisa envolvendo questões “como?” e “porquê?”

Com as entrevistas almeja-se, ainda, avaliar a eventual importância a desempenhar pelo Arquipélago dos Açores numa Comunidade Atlântica. Importa salientar que as entrevistas concedidas por dois membros do atual elenco governativo do Governo Regional dos Açores, não refletem a posição oficial do Governo Regional. Estas foram recolhidas com o intuito de obter a opinião de personalidades que detêm um conhecimento aprofundado nas matérias em causa que lhes advém do cargo que desempenham.

Realizaram-se entrevistas com o Dr. João Bosco Mota Amaral, Presidente do Governo Regional dos Açores 1976-1995, o Dr. Rodrigo Vasconcelos Oliveira, Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa no IX Governo dos Açores, Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa no X Governo dos Açores tendo tomado posse em 2012, como Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas do XI Governo Regional dos Açores e o Doutor Fausto Brito e Abreu, Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do XI Governo Regional dos Açores. Foram também solicitadas, sem sucesso, entrevistas com Carlos César, Presidente do Governo Regional Dos Açores entre 1996 a 2012 e com o Dr. Vasco Cordeiro líder do executivo açoriano na XI Legislatura.

## **Enquadramento Histórico**

Para uma melhor compreensão do tema a abordar na presente dissertação convém recuperar a conceção de Comunidade e proceder a um levantamento histórico por forma a poder-se apreender corretamente a plenitude dos conceitos aflorados. No que concerne à noção de Comunidade, o termo não tem reunido consensos apresentando-se sob diferentes formas uma vez que é utilizado em diversas disciplinas para caraterizar realidades distintas.

Não obstante, para a prossecução do presente trabalho, utilizar-se-á a definição de Tonnies que aborda o conceito introduzido nas Ciências Sociais no séc. XIX sob duas formas distintas, no entanto complementares.

“O conceito primordialmente utilizado para definir uma forma de sociabilidade humana caracterizada pela existência de relações imediatas, primárias e directas, passou depois a qualificar também os grupos humanos onde esse tipo de relações se verificasse predominantemente”<sup>4</sup>

Mediante o supracitado podemos aferir que o sentimento de comunidade consiste, assim, num sentimento de pertença a um mesmo local, origem ou destino - a consciência do «nós» potenciador da construção de um todo.

Todavia, a ideia de Comunidade não se resume, exclusivamente, à partilha de um local uma vez que o conceito é aplicado na definição de grupos sejam eles familiares, religiosos, linguísticos ou ideológicos, Comunidade pressupõe, acima de tudo, aspetos de vida comuns:

“hoje há efetivamente um sentido mais realista, utilizando-se o termo para definir estruturas específicas, relações humanas, cujos aspectos comuns mudam de formas características de acordo com os estádios de desenvolvimento de uma sociedade”<sup>5</sup>

A ideia de Comunidade que surgiu no dealbar dos Estados Nação pressupõe uma partilha de interesses e ideais por indivíduos cuja única ligação é o sentimento de pertença a uma mesma comunidade, é refletida com clareza no conceito utilizado por Benedict Anderson que apelida as novas comunidades de imaginadas

“porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Pólis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: antropologia cultural, direito, economia, ciência política, Lisboa – São Paulo, Verbo, p. 1038-39

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> ANDERSON, Benedict, **Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**, Edições 70, Abril 2005, pag 25

Perante o exposto, compreender-se-ão os argumentos amplamente utilizados pelo criador e defensores de uma Comunidade de abrangência atlântica. Tendo em conta o conceito de Comunidade, um conceituado jornalista político, Walter Lippman, que independentemente da ligação entre os dois continentes se consubstanciar por séculos de história só em 1917, abordou, de uma forma mais consistente, pela primeira vez, o conceito de Comunidade Atlântica.

À semelhança da maioria dos americanos, Lippman não atribuía grande importância às questões de política externa, fruto da posição isolacionista da doutrina Monroe, que vigorava desde 1823. Contudo, numa altura em que a Europa se encontrava mergulhada num conflito sem precedentes, a I Guerra Mundial, e que conduziria à sua autodestruição, apresentou o conceito supracitado que expunha a Europa e a América como partes integrantes de uma mesma civilização. A intervenção americana no conflito europeu era urgente e assumia contornos humanitários

“in his editorials he increasingly identified American neutrality with pacifism, or what he dismissed as “passivism” and “irresponsibility”. By the Spring of 1916 he told his readers that the United States must “no longer be neutral between violator and victim” and must use “its moral power, economic resource and... military power against the aggressor”<sup>7</sup>

O apelo à intervenção militar americana não se esgotava na questão humanitária, a segurança do seu país, era obviamente tida em linha de conta, e em fevereiro de 1917 num artigo intitulado “The Defense of an Atlantic World” Lippman defendia que os EUA eram parte integrante de uma comunidade que incluía os Estados europeus e que um ataque a estes Estados configurava um ataque à própria integridade e segurança americana uma vez que:

“Germany’s war against Britain and France, he told his readers, was a war against a civilization of which we are part”<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> STEEL, Ronald, Walter Lippman and the Invention of the Atlantic Community, **European Community, Atlantic Community**, Soleb, pag. 31

<sup>8</sup> Idem, pág. 31

Efetivamente, e em virtude do desrespeito pela livre circulação dos mares por parte das forças armadas germânicas, os E.U.A decidiram entrar na guerra ao lado dos aliados desempenhando um papel fundamental para o desfecho da contenda. No entanto, a vontade demonstrada em não fazer parte da Sociedade das Nações arrefeceu os ímpetos em torno de uma Comunidade que se queria Atlântica.

Nos 25 anos seguintes, não mais se falou em tal compromisso.

O conceito só voltou a ganhar destaque, mais uma vez, num conflito de enormes proporções que se desenrolava no continente europeu

“the capitulation of France in June 1940 stunned Lippman, as it did so many others, and sweep away his cautious equivocations. Suddenly America itself seemed in danger. The Atlantic ocean no longer assured protection, but rather vulnerability”<sup>9</sup>

Lippman, compelido pelo princípio wilsoniano de que a paz e segurança seriam alcançadas através do desarmamento e da implementação de um governo mundial, relembrou que o facto da Europa se encontrar prestes a ser dominada por um regime nazi deveu-se, precisamente, à recusa europeia em não aceitar as ideias propostas por Woodrow Wilson.

Todavia, a Comunidade então defendida pelo jornalista apresentava significativas diferenças daquela trazida a público em 1917, uma vez que esta se apresentava muito mais abrangente.

“The Community he described was far more extensive than the one he had outlined in 1917 at the outset of World War I. As members of this extended Atlantic Community he listed not only the English-speaking “dominions” of the British Commonwealth – Canada, Australia, New Zealand, Eire and South Africa, but also Spain, Portugal and the twenty Latin American republics”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Ibidem, pag. 32

<sup>10</sup> Idem, pag. 33

Países como a França, os Países Baixos, a Bélgica, a Dinamarca e a Noruega foram englobados em virtude da sua importância para a segurança da Comunidade. O que poderia ser observado como uma espécie de Comunidade oceânica viu os seus limites externos serem aumentados, desta feita, com a inclusão da Suécia, da Grécia, da Itália e da Suíça.

Do elenco enumerado por Lippman, salta à vista a ausência da Alemanha, propositadamente excluída em virtude das ligações privilegiadas com o poder terrestre assumido pela Rússia.

O Mundo pós II Guerra Mundial apresentava três centros ou órbitas de poder, uma órbita atlântica, uma órbita russa e eventualmente uma órbita chinesa.

Tendo em conta a elevada importância para a segurança mundial da constituição de uma Comunidade deste género, Lippman tentou conduzir a Humanidade para um tipo de pensamento, que embora considerasse utópico, encarava como sendo desejável.

O sonho de uma Comunidade global que unisse as duas margens do Atlântico pretendia colmatar vários retrocessos históricos. Os americanos pretendiam alcançar um governo mundial composto por vários países; os ingleses ambicionavam integrar os americanos no sistema europeu; os impérios coloniais tentavam minimizar os estragos causados pela redução da sua importância em virtude do processo de descolonização; os países europeus ocidentais deixavam de depender dos E.U.A. e a paz alcançada através de políticas racionais e com bases cooperativas.

Contudo, apesar do conceito apenas ter surgido no primeiro quartel do século XX, os argumentos que a sustentam remontam a um passado muito mais longínquo:

“is deeply rooted in the historic relationships among the peoples of the North Atlantic region. It dates from the first European explorations and the establishment of settlements in the New World. It is based upon those shared values of western civilization founded in humanistic and religious traditions which have placed great emphasis on freedom of speech, opinion, conscience and association”<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> PFALTZGRAFF, Diane K. **Atlantic Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship**, Pergamom Press, 1979

Como se pode aferir, as bases de uma Comunidade Atlântica encontram-se profundamente enraizadas num modo de pensar característico de uma civilização ocidental que se tem desenvolvido predominantemente no Atlântico Norte.

Inegavelmente, a relação existente entre os dois continentes é indissociável, a ligação quase “fraternal” que os une tem oscilado entre aproximações e recuos, à semelhança de grande parte das relações entre irmãos, mas com a consciência que não podem viver permanentemente de costas voltadas.

Esta indissociabilidade dos dois continentes remonta à descoberta oficial do continente americano uma vez que:

“seriam os europeus que atravessariam o Oceano Atlântico para se apoderarem de uma vasta massa terrestre que, antes da *Universalis cosmographia* de Martin Waldseemuller, de 1507, não constava nos mapas: a América, batizada em honra do explorador Américo Vespúcio.”<sup>12</sup>

Segundo a opinião de alguns historiadores, a descoberta deste admirável Novo Mundo alterou completamente o paradigma económico, político e social europeu, uma vez que a revolução industrial não teria sido possível sem os intermináveis hectares americanos e os escravos africanos que neles trabalhavam.

A colonização americana registou-se sobretudo às custas das contribuições espanholas, portuguesas, inglesas e francesas que intentavam descobrir ouro, conquistar povos e terras além-mar.

“No início do séc. XVII, os ingleses começaram a emigrar em massa para lá, fugindo às conturbações políticas e religiosas do seu país. Neste movimento também participam alguns alemães e holandeses (...) Na mesma altura, os franceses prosseguem a sua expansão ao longo do Mississípi, organizando a Luisiana”<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> FERGUSSON, Niall, **Civilização, O Ocidente e os Outros**, Civilização Editora, 2011, 1º Edição fevereiro de 2012, pág. 112

<sup>13</sup> Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores, 1997, Edição nº 3894, pag 2753

Não obstante a enorme relevância dos fatores económico-sociais, os fatores culturais não podem, igualmente, ser descurados uma vez que:

“Não há dúvidas também de que as melhores ligações transatlânticas e o facto de as várias Américas terem em comum com as respetivas metrópoles a língua e a cultura, permitiram uma transmissão relativamente fácil e rápida das novas doutrinas políticas e económicas que iam sendo produzidas na Europa Ocidental”<sup>14</sup>

A relação entre os dois continentes é incontestável e tem-se mantido no decurso da história e nem mesmo a proclamação da independência americana quebrou o elo de ligação que unia as duas margens do Atlântico

“the founding fathers of the United States drew heavily upon European political philosophy – principally the tenets of Locke and Montesquieu – in the development of the American Constitution. In turn, the American political experience deeply influenced the shaping of European governmental structures from the French Revolution to the twentieth century”<sup>15</sup>

Todavia, convém não cair no erro comum de restringir as relações Atlânticas ao hemisfério norte, visto que desde o século XV o Atlântico se transformou num cenário de migrações intercontinentais em massa originando a criação de um Mundo Atlântico. Estavam criadas, assim, as condições para a formação de um Novo Mundo, que em 1650 colocava o povo africano em maioria entre os colonos deste Mundo Atlântico, contribuindo, desta forma, para marcar de forma indelével esta nova cultura que emergia.

“Circunstâncias políticas, demográficas e económicas levaram os africanos ao cerne do novo mundo atlântico após 1450. Esta mão-de-obra escrava e explorada dos africanos e de seus descendentes – os afro-americanos - e sua relevante contribuição cultural foram fundamentais

---

<sup>14</sup> ANDERSON, Benedict, **Comunidades Imaginadas, reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo**, Edições 70, Abril 2005, pág 82

<sup>15</sup> PFALTZGRAFF, Diane K. **The Atlantic Community – A Conceptual History, Atlantic Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship**, Pergamon Press, 1979, pag. 3

na formação do mundo atlântico. Esse impacto cultural foi o produto de sua integração nesse novo mundo, onde eles ocuparam posições geográficas importantes nas áreas de maior transformação cultural"<sup>16</sup>

Apesar de frequentemente as referências aos africanos se cingirem ao trabalho escravo, urge salientar o duplo papel desempenhado pela população africana nas Américas, uma vez que concomitantemente ao trabalho físico desenvolvido, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da economia local, estes foram responsáveis pela criação de uma nova cultura no mundo atlântico.

“A ausência de uma especificidade étnica e cultural necessária para manter ou recriar a cultura africana nas Américas levou os escravos a formarem uma nova cultura. Essa nova cultura tem raízes africanas, baseia-se num denominador comum das muitas e variadas culturas de África que serviram de alicerces, porém foi criada em um contexto no qual os elementos da cultura europeia serviram de material de ligação. Além disso, não somente a cultura europeia infiltrou-se na sociedade escrava, mas ela era muito mais homogênea do que as diferentes culturas africanas, conferindo-lhe uma coerência que faltava nas da África. A mistura resultante foi nitidamente influenciada pelas culturas europeias e euro-americanas, com os elementos africanos dando-lhe mais sabor do que substância”<sup>17</sup>

Perante os argumentos expostos, poder-se-á concluir que são evidentes os laços que unem os países Atlânticos e conseqüentemente os quatro continentes uma vez que estes persistem e preexistem à própria concepção do Mundo atual tal como nós o conhecemos.

Efetivamente, o paradigma cultural atlântico atual é resultante de uma miscelânea de culturas por sua vez resultantes de um considerável número de interações que fomentaram o surgimento do que se poderá entender como uma Comunidade, pois através da tal consciência de um “Nós”, referida anteriormente, conseguiu-se construir um todo.

---

<sup>16</sup> THORTON, John, **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**, Elsevier Editora, 2004 5ª Edição

<sup>17</sup> Idem op. cit Mintz e Price, Afro American Past

## O suposto Declínio Do Atlântico

O declínio do Atlântico em oposição ao crescimento exponencial da região do Pacífico nos últimos anos é comumente aceite como um dado adquirido.

Fatores como o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, a descolonização de África, a instalação de democracias na América Latina e em algumas zonas de África contribuíram sobremaneira para este aparente declínio uma vez que alteraram o quadro vigente das relações atlânticas que conferia até então uma considerável hegemonia aos países do Atlântico norte.

Até há relativamente pouco tempo, a importância geoestratégica do espaço atlântico cingia-se ao hemisfério norte onde a instituição de uma Organização do Tratado do Atlântico Norte se assumiu como o expoente máximo da relevância assumida durante uma parte considerável do século XX.

Segundo o Professor Doutor António José Telo, vivemos ainda no mesmo sistema mundial que começou com o fim da 2ª Guerra Mundial, contudo o sistema internacional mudou em 2008.

Estamos, portanto, perante um desfasamento entre uma realidade que já não o é e uma realidade que ainda não foi apreendida como tal. Com a queda do muro de Berlim, o sistema internacional conheceu uma unipolaridade, assumida pelos Estados Unidos, em virtude da ausência de outras potências mundiais capazes de colocar em causa a sua hegemonia.

A transição do milénio, marcada pelo aumento de atividades terroristas nas quais o 11 de Setembro se assume como expoente máximo, uma vez que feriu os Estados Unidos no seu coração económico e por pouco não atingiu o coração político e militar, (Washington e o Pentágono respetivamente), e as consequentes estratégias adotadas pela administração Bush, no que concerne à política externa, conduziram a que esta unipolaridade se efetivasse.

“Em nenhuma vertente importante, as estratégias recentes da administração Bush conduziram aos resultados esperados e a influência americana no mundo decresceu enquanto aumentava a importância de outros agentes do sistema internacional, estatais ou não”<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> TELO, António José, Um Mundo que Mudou, Revista Nação e Defesa n° 120, Verão 2008, 3ª Série pág. 11

O paradigma mundial atual reflete-se numa enorme dificuldade em encontrar lideranças capazes de assumir uma hegemonia mundial ou mesmo regional, uma vez que se torna cada vez mais difícil a confluência de ideais para resolver os problemas vigentes.

Esta ausência de lideranças internacionais sólidas, aliada ao enfraquecimento do conceito tradicional de soberania, ao aumento da insegurança, à proliferação de atores não estatais, origina um sistema internacional mais mutável, complexo e imprevisível. Em suma, nas palavras de António José Telo, estamos perante um sistema internacional apolar. Por sua vez, Carlos Gaspar considera que existe um longo caminho a percorrer pelos Estados Atlânticos de forma a contrariar a perda de importância que, na sua opinião, tem sido uma realidade nos últimos anos.

“A unidade do Atlântico é uma visão sem estratégia. Para a transformar numa estratégia relevante, é importante identificar os condicionamentos externos que podem prejudicar ou, pelo contrário, tornar possível uma nova comunidade transatlântica”<sup>19</sup>

O declínio do Atlântico é um tema que não reúne consensos, havendo várias posições que se antagonizam consoante o prisma pelo qual se pretende observar.

“Não obstante os analistas apontarem a Ásia como foco do maior interesse geopolítico nos próximos anos, é nossa crença que será no Atlântico Sul que as peças do xadrez se vão movimentar com maior tensão em termos de geoestratégia sobretudo por questões energéticas”<sup>20</sup>

Opinião semelhante é expressa por Rodrigo Oliveira, Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas:

“Não considero que o espaço atlântico esteja em declínio. Em relação à UE, é a única fronteira, a Ocidental, que é uma fronteira de paz, a Este e a Sul temos os movimentos e a constante instabilidade ou mesmo a

---

<sup>19</sup> GASPAR, Carlos, Narrativas Atlânticas. **O Mar na História, Na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, Edições Tinta da China, 1ª Edição, junho de 2013

<sup>20</sup> ARANDA E SILVA, João, **Atlântico Sul – Um Tratado para a Paz ou uma zona de Conflito Geopolítico**, 2010, pág. 37

guerra, como conhecemos, portanto a UE tem o seu único espaço de paz, cooperação e amizade e a muito breve trecho terá um espaço liberalizado em termos de trocas comerciais, precisamente a Ocidente, no Atlântico Norte. O Atlântico sul assume, neste momento, uma perspectiva menos ambiciosa mas é, sem dúvida um espaço de futuro, é um espaço de atualidade e de potencial desenvolvimento a curto prazo. Por estas razões não partilho desta ideia de espaço em declínio, percebo a intenção, em termos económicos, devido à pujança asiática mas acho que devemos ver para além disso.”<sup>21</sup>

Efetivamente, somos de opinião que, existem razões de sobra para se apostar numa posição concertada no Atlântico em virtude das inúmeras mais-valias que esta região detém como é exemplo a localização de metade do PIB mundial, no Atlântico Norte e nas margens do Atlântico Sul estarem situados dois BRICS, Brasil e África do Sul bem como países emergentes como são México, Angola e Nigéria.

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida nas instalações do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas no dia 09 de junho de 2015 Anexo III